



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

**VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE
VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2020

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

**VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE
VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA**

MÓDULO CONTABILIDADE APLICADA

ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS
– PROF. LUIZ FERNANDO PANCINE

CONTABILIDADE AVANÇADA – PROF. LUIZ FERNANDO
PANCINE

ESTUDANTES:

Daniela Aparecida Rosa de Camargo RA 1012020100127

Josiane Fernanda de Mira RA 18000768

Leandro Pereira Muniz RA 18000927

Luana Cristina Bernardo RA 18001315

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS	5
3. PROJETO INTEGRADO	6
3.1 ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS	6
3.1.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ATIVO	6
3.1.2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PASSIVO	12
3.2 CONTABILIDADE AVANÇADA	16
3.2.1 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS	18
3.2.2 JOINT VENTURES	20
4. CONCLUSÃO	22
REFERÊNCIAS	24
ANEXOS	25

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas ocorreram muitas mudanças no ambiente de negócios, decorrentes do processo de globalização, especialmente no cenário político, econômico, comercial e produtivo, têm forçado as empresas a serem mais competitivas, exigindo dos empresários e gestores ações que promovam o crescimento e o desenvolvimento empresarial (Ribeiro & Mário, 2008).

Para Ribeiro & Mário (2008), algumas dessas ações consistem em associações empresariais por meio de processos de reorganização societária adotando, por vezes, modelos societários diferentes daqueles definidos em seus planos organizacionais originais.

A utilização dos referidos processos com o intuito de fundamentar o planejamento tributário estratégico e a governança tributária é uma das maneiras encontradas para que elas consigam sobreviver, crescer, enfrentar a concorrência e buscar melhorias nos seus resultados econômico-financeiros (Jordão, 2013).

A análise da lucratividade, em conjunto com a avaliação dos efeitos da carga tributária sobre cada empresa pode contribuir para a geração de informações que suportem as atividades de gestão tributária, em linha com o planejamento e controle financeiro (Jordão, 2016).

Além disso, Jordão (2013) acredita que uma gestão tributária eficiente e eficaz colabora para a sustentabilidade financeira e organizacional e para a geração de valor, explicando que a gestão tributária engloba os processos de planejamento tributário estratégico, organização tributária, controle tributário e governança tributária. Esse estudioso chama a atenção para a relevância do tema, ressaltando que o papel da reorganização societária para a gestão tributária sob o prisma estratégico é um problema de pesquisa que ainda está por ser compreendido em profundidade.

Reconhecendo e explorando a lacuna de investigação supramencionada, o objetivo da pesquisa descrita neste artigo foi analisar a utilização de práticas de reorganização societária como uma estratégia de gestão tributária em empresas.

Sob o ponto de vista acadêmico, a pesquisa ajuda a cobrir a referida lacuna de investigação, interessando a estudiosos e profissionais das ciências contábeis,

econômicas, administrativas, jurídicas, engenharias, dentre outros que necessitem compreender melhor esse fenômeno.

Além da inovação metodológica por analisar comparativamente a gestão tributária em diferentes tipos de reorganização societária, questão ainda incipiente na literatura, a originalidade da pesquisa (verificada por meio de extenso levantamento nos principais portais de pesquisa internacionais e latino-americanos) advém do tratamento de maneira aprofundada do planejamento tributário estratégico e da governança tributária nestas operações – o que ainda não foi explorado na literatura brasileira ou internacional (Vello & Martinez, 2014).

Com base em extensa pesquisa observou-se que ainda não há estudos específicos analisando as contribuições do planejamento tributário estratégico e da governança tributária para a gestão tributária em reorganização societária, especialmente na realidade brasileira. No entanto, registra-se que há alguns poucos estudos que reconhecem a relevância do tema e/ou tangenciam sobre o problema em tela, citando-o como uma oportunidade futura de investigação, mas sem dele se ocupar (Ribeiro & Mário, 2008).

Para a sociedade, o assunto interessa para pessoas, governos e empresas, principalmente daquelas que necessitam conhecer as particularidades de tais processos e perceber como o inter-relacionamento entre as ferramentas contábeis, jurídicas e gerenciais é necessário para suportá-los (Vello & Martinez, 2014).

Finalmente, como implicações gerenciais destaca-se a expectativa de: identificar alternativas economicamente mais representativas; permitir aos gestores um aprimoramento de suas atividades de reorganização societária e gerar um processo de benchmarking gerencial, contábil, financeiro e tributário para empresas similares.

2. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS

A Volkswagen é uma fabricante alemã de veículos que pertence ao Grupo Volkswagen. É o maior fabricante de automóveis do mundo e tem a sua sede na cidade de Wolfsburg, na Baixa Saxônia.

O Grupo Volkswagen, além da marca Volkswagen, é, também, proprietário das marcas Audi, Bentley, Bugatti, Ducati, Lamborghini, Seat, Porsche, Škoda Auto, MAN, Volkswagen Caminhões e Ônibus e Scania. Em março de 2011, a Volkswagen adquiriu o segmento comercial da Porsche por 3,3 bilhões de euros, adquirindo, assim, o direito de negociar e operar a marca "Porsche", fazendo com que a Volkswagen fique mais próxima à fusão com a "PHS" (Porsche Holding Salzburg).

Em julho de 2011, a Volkswagen, que já era a maior acionista do Grupo MAN SE, elevou sua participação para 55,9% das ações, consolidando-se como acionista majoritário. Em abril de 2012, a Volkswagen, por intermédio da Audi, anunciou a compra da fabricante italiana de motos Ducati, aumentando a rivalidade com a BMW também no segmento de motos esportivas.

A história da Volkswagen no Brasil teve início na década de 1930, na Alemanha Nazista, com a construção do consagrado Fusca. Com presença em mais de 150 países, hoje a companhia é uma das maiores fabricantes de automóveis do mundo.

Ao longo das décadas, a Volkswagen desenvolveu inúmeros veículos de sucesso. Além do Fusca, alguns automóveis que marcaram história foram a Kombi, Golf, Gol, Jetta, Santana, Passat, Corrado, Caddy, Sharan, Fox e tantos outros.

De acordo com a companhia, a missão da Volkswagen é "desenvolver, produzir economicamente e vender os veículos mais atrativos e de melhor qualidade do mundo". Para isso, a empresa tem entre seus valores a alta performance, renovação, respeito, responsabilidade, sustentabilidade e proximidade com o cliente.

A Volkswagen chegou ao Brasil em 1953, quando as primeiras unidades do Fusca foram montadas à partir de peças importadas da Alemanha. Com o sucesso, a marca construiu, em São Bernardo do Campo, a primeira fábrica fora do território Alemão. Com 67 anos de presença no Brasil, a Volkswagen vive um momento único. Nasce uma Nova Volkswagen, estratégia que prevê a maior ofensiva de produtos da marca no País, com 20 lançamentos até 2020, fruto de um investimento de R\$ 7 bilhões.

A Volkswagen é a marca que mais cresce, tanto em Vendas como em Participação de Mercado, e acumula conquistas expressivas: é a maior produtora, com 23 milhões de veículos fabricados, e a maior exportadora da história no Brasil, com 3,7 milhões de carros embarcados. São 15 mil empregados, atuando em quatro fábricas, um centro de peças e escritórios regionais em todo o País com a missão de oferecer a melhor experiência de mobilidade para melhorar a vida das pessoas.

3. PROJETO INTEGRADO

3.1 ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

3.1.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ATIVO

Definições do Ativo:

Corresponde a um recurso econômico presente, monitorado pela organização como consequência de fatos já ocorridos. Ele representa o aspecto mais significativo em um negócio, já que define a estrutura e o potencial de uma empresa. Corresponde ao potencial de cumprir uma demanda do mercado e usufruir das oportunidades, considerando as aplicações de recursos que serão usadas com o intuito de aprimorar a atuação empresarial.

Classificação do ativo (definida em quatro grupos):

Ativos monetários: representam os que preferencialmente são realizados em moeda, como caixa e equivalentes, duplicatas a receber, ...

Ativos não monetários: se referem a bens e direitos que são realizados em outros elementos que não em moeda (uma parcela dos estoques da empresa, despesas do exercício seguinte que foram pagas de forma antecipada e os adiantamentos a fornecedores).

Ativos de realização: são os bens e direitos que tem por objetivo a geração de caixa empresarial. Eles são feitos totalmente no momento em que cumprem essa finalidade.

Ativos de uso: demonstram vantagens econômicas que se estendem no tempo, ou seja, são consumidos no decorrer dos exercícios, em um número mais abrangente de períodos contábeis. Estão alocados no ativo não circulante e os seus benefícios econômicos se referem à sua utilização na produção de outros ativos.

Características do ativo:

Ativo circulante: contempla alguns subgrupos para a sua organização:

Conta caixa: está representada de forma física, ou seja, em dinheiro. Os saldos de contas correntes e os investimentos efetuados pela empresa que possuem liquidez instantânea, as aplicações financeiras que podem ser transformadas em dinheiro em um período máximo de 90 dias e que tenham risco irrelevante.

Contas a receber: são enquadradas as contas que correspondem a direitos recebíveis decorrentes de vendas ou serviços realizados relacionados à operação da empresa. Possuem como contrapartidas as contas de resultados, pois representam a parcela das receitas que não foram recebidas.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 16 a conta relativa aos estoques está inserida no ativo circulante e se refere especialmente a estoques de mercadorias, materiais de uso e consumo, matérias-primas, produtos em fabricação e produtos acabados. Porém, é possível que a organização possa ter um novo tipo de estoque, por exemplo, se a empresa decidir trabalhar com outros produtos com os quais seja preciso utilizar materiais específicos ou diferentes dos que já possui em seu estoque.

Contas títulos, valores imobiliários: também estão inseridas no ativo circulante, nas aplicações financeiras que não pertencem ao caixa e equivalente de caixa, visto que seu resgate não é imediato. O prazo para resgate desses itens é até o término do exercício seguinte, considerando a data de exposição do balanço patrimonial. Presumimos que aqui estão os ativos designados à comercialização e que

não sejam estoques, pois não fazem parte da atividade final da empresa, mas de um investimento de curto prazo.

Despesas antecipadas: representam aquelas que possuem pagamentos realizados mediante serviços ainda não recebidos ou consumidos totalmente. No entanto, elas serão realizadas durante o exercício seguinte, como as que envolvem seguros pagos à vista.

Em resumo, o ativo é classificado como ativo circulante quando atendem a qualquer um dos seguintes preceitos:

- for vendido ou consumido no período normal relativo ao ciclo operacional da organização;
- estiver mantido somente com a finalidade de negociação;
- for realizado dentro do período de até 12 meses posteriores à data do balanço;
- representar caixa ou equivalente de caixa, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03;
- apresentar contas que estão frequentemente em giro, ou seja, em constante circulação.

Ativo não circulante: dividido em quatro subgrupos:

Realizável a longo prazo: contempla todos os elementos que, supostamente, serão realizados em um período maior que 12 meses. Na sua composição, as contas mais usuais se referem aos impostos e contribuições diferidos, mútuos, com partes relacionadas, depósitos judiciais e também contas a receber a longo prazo.

Investimento: é composto pelas participações societárias em controladas e coligadas que a organização almeja manter por razões estratégicas em caráter permanente e pelas propriedades para investimento, que correspondem aos terrenos e edificações conservados para renda ou valorização, se eles não estiverem sendo utilizados para fins produtivos.

Imobilizado: define conforme Pronunciamento técnico CPC 27, é o item tangível que: é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou

serviços, para aluguel a outros ou para fins administrativos; e se espera utilizar por mais de um período. Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível: está bem definido no Pronunciamento técnico CPC 04, que esclarece que o ativo corresponde a ativo não monetário reconhecível, sem substância física, não palpável. São destinados à manutenção das atividades da empresa e não à venda.

Critérios de avaliação do ativo:

O método de escriturar ou contabilizar é essencial para a contabilidade, no entanto, está ligado ao sistema de débito e crédito, que atualmente são realizados de forma automática e integrada em função dos sistemas informatizados. Já o reconhecimento de um objeto ou de um fato compreende um trabalho mais refinado e técnico realizado pelos profissionais de contabilidade, sendo necessário o domínio dos conceitos e fundamentos das teorias contábeis. São necessárias a compreensão do evento econômico e o domínio da sua natureza. Dessa forma, é preciso aprimorar o conceito do objeto ou aproximar-se do evento econômico, a fim de determinar a sua essência, os seus reflexos no patrimônio ou no resultado e a melhor maneira de apresentá-lo, de modo que esteja representado apropriadamente nos relatórios contábeis.

Cabe ressaltar-se que, para efetuar a mensuração, é preciso escolher o atributo que será mensurado. Tais atributos podem incluir a quantidade de moeda que será recebida e o prazo de recebimento. Quantos aos atributos de instalações de equipamentos, estes podem incluir a capacidade física de produção, o gasto com recursos no momento da aquisição ou os recursos necessários para substituir os ativos.

Valores de entrada: correspondem aos valores adquiridos no mercado de uma organização, e também podem refletir o custo, a fim de adquirir os ativos usados pela organização em suas atividades. No momento em que se registra um ativo pelo seu valor de entrada, o reconhecimento do lucro ocorrerá apenas no momento da venda, no caso de ativos de realização, mediante a comparação da receita com a despesa.

Registros fundamentados em valores de entrada não correspondem à avaliação real do patrimônio, já que não consideram o costume dinâmico da economia, com suas eventuais mudanças de preço. Os princípios contábeis valorizam os registros executados conforme os valores de entrada, considerando a objetividade e a verificabilidade das informações. No entanto, esses registros não possibilitam o confronto de valores de prazos diferentes e, por esse motivo, possuem pouca representatividade como medida de valor.

Custo histórico: conceito estático de mensuração e representa a complexidade financeira realizada no instante da aquisição ou produção, referindo-se ao preço combinado entre comprador e vendedor. Essa escolha na mensuração de ativos obedece aos princípios contábeis no que se refere aos conceitos de realização a um custo original. A avaliação pelo custo original possui pouca representatividade como medida de valor para a organização, além de impossibilitar o reconhecimento de ganhos ou perdas antes do instante da venda efetivada.

Custo histórico corrigido: representa uma variação de custo histórico puro, alterado mediante um índice que apresenta a inflação existente na organização. Isso significa que ele apresenta os números contábeis em uma base exclusiva de avaliação, que corresponde ao momentâneo poder de compra do dinheiro.

Custos correntes: referem-se aos ativos identificados por meio de valores em caixa ou equivalentes, que precisam ser liquidados caso tais ativos ou equivalentes tivessem sido obtidos no prazo ou no período das demonstrações contábeis.

Custos correntes corrigidos: a preocupação está, principalmente, no reparo dos custos históricos.

Valores de saída: o preço de troca representa o valor pelo qual os ativos podem ser comercializados ou substituídos logo que deixarem a organização, considerando que a entidade atue em um mercado ordenado e o preço de mercado possa ser estimado por uma previsão equivalente ao preço correto de venda em curto prazo.

Preços correntes de saída ou valor realizável líquido: são avaliados conforme o valor realizável líquido é obtido, por intermédio do preço de venda apreciado relativo à procura no mercado.

Valores de liquidação: referem-se ao método de descontinuidade de uma empresa. É possível considerar como a mais importante alternativa de mensuração a valores de saída, já que se presume uma venda obrigada. Esses valores precisam ser aplicados em circunstâncias peculiares, como: logo que os ativos tenham perdido sua principal função, devido à redução de vida útil ou por qualquer outra situação que os levem a perder o seu mercado habitual; se a empresa for encerrada em um período bem curto de tempo, de maneira que não conseguirá vender os ativos que possui no mercado comum.

Os critérios de avaliação precisam ser executados considerando o seguinte regime de competência:

Contas a receber: o valor dos títulos menos a provisão, para reduzi-los ao valor provável de realização;

Valor mobiliários (temporários): ao custo de aquisição, considerando o preço de mercado;

Estoques: ao custo de aquisição ou produção, reduzidos de provisão para ajustá-los conforme valor de mercado, se este for inferior;

Ativo imobilizado: ao custo de aquisição deduzido da depreciação, mediante desgaste, perda de utilidade, amortização ou exaustão. Pode-se admitir a revisão de vida útil de ativos em algumas situações;

Investimentos significativos em coligadas e controladoras: mediante método de equivalência patrimonial, fundamentada no valor do patrimônio líquido da coligada ou controlada de forma proporcional à participação acionária;

Demais investimentos: ao custo menos a provisão para reconhecimento de perdas constantes;

Ativo intangível: ao custo deduzido de provisão para amortização.

3.1.2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PASSIVO

Definições do passivo:

Refere-se a um fragmento das contas patrimoniais e contempla as dívidas que a empresa possui com terceiros, devido à sua essência e por meio da sua demonstração monetária. Representa uma demonstração quantitativa do patrimônio que se refere à riqueza de terceiros, usada como fonte para a constituição da matéria patrimonial.

Descreve as dívidas ou deveres do patrimônio e reconhece a origem dos recursos investidos. As contas correspondem aos investimentos de terceiros que foram utilizados e são qualificadas em ordem decrescente de exigibilidade, ou seja, são apresentadas conforme o seu vencimento em curto e longo prazos. As contas são alocadas no passivo conforme o prazo de realização das obrigações.

Portanto, podemos afirmar que o passivo está relacionado ao princípio dos recursos admitidos por meio dos deveres para com terceiros, decorrentes de fatos que já ocorreram e que requererão ativos para a sua liquidação. Com a liquidação, presumimos que tenha saídas de recursos da empresa capazes de produzir vantagens econômicas. Desse modo, em um período futuro, o passivo exigirá o uso de ativos para a sua liquidação.

Passivos exigíveis: as obrigações com terceiros representam dívidas com credores, já que as dívidas correspondem a um valor preciso ou naturalmente estimável com relação à liquidação e ao prazo esperado para quitação;

Obrigações não exigíveis: dívidas que a organização possui com os seus sócios. Não é possível estabelecer o período em que esses capitais serão devolvidos e nem o valor de uma possível retirada de um sócio da organização. Os recursos próprios são fontes internas, aportes de capitais de sócios e acionistas ou ainda por capitalização de lucros inseridos no patrimônio líquido.

O passivo se refere a uma obrigação exigível, ou seja, quando a dívida atingir seu prazo de vencimento, ela será devida e precisará ser cumprida a sua liquidação. Assim, essa obrigação é aquela que tem prazo definido para pagamento que, caso não cumprido, resultará em ônus, juros e multas.

Passivo monetário: corresponde à liquidação que ocorrerá em moeda, ou seja, a saída de recursos monetários da organização (fornecedores, impostos a pagar, salários a pagar...);

Passivo não monetário: não exige obrigatoriamente que se utilize a retirada de recursos monetários da organização (dívidas com sócios, operações com câmbio, adiantamento de clientes...).

Assim, o passivo representa o resultado econômico que será consumido futuramente em virtude de deveres ou dívidas adquiridas com terceiros. As obrigações com terceiros são também denominadas passivos exigíveis, pois são dívidas que correspondem a um valor correto ou estimável no que se refere à liquidação e com um prazo esperado para quitação.

Características do passivo: a organização deve possuir uma obrigação vigente, ou seja, uma dívida com terceiros.

Artigo 178 – Lei 6.404/1976: § 2º contas classificadas em:

- passivo circulante;
- passivo não circulante;
- patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

§ 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

Artigo 180 – Lei 6.404/1976: passivo exigível e classificação conforme o vencimento das obrigações:

Passivo exigível: as obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em um prazo maior.

Passivo circulante: estão alocados os recursos de terceiros vencíveis no curto prazo, estão apresentadas as dívidas que a organização possui em relação a empréstimos adquiridos, fornecedores, salários e encargos a pagar, contas a pagar... As dívidas que a empresa possui com financiamentos, obtidos para fins de aquisição de ativo não circulante, devem ser classificadas nesse tipo de passivo se possuírem seus vencimentos no prazo máximo de 12 meses.

Artigo 69 - Resolução CFC 1.185/2009, modificada pela Resolução CFC 1.376/2011, alterada pela NBC TG 26: o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação.

Passivo não circulante: demonstradas as dívidas que a organização possui e que vencem em períodos superiores a 12 meses. Pode também ser denominado recursos de terceiros de longo prazo. Se essas obrigações estão no passivo não circulante porque não possuem vencimento acima de 12 meses, logo, quando faltar menos de 12 meses para seus respectivos vencimentos, deverão ser transferidas para o circulante.

Crítérios de avaliação do passivo:

O valor do balanço deve ser estabelecido mediante o valor presente dos totais que precisam ser quitados futuramente. Já no que tange às exigibilidades de curto prazo,

se o montante do desconto não for considerado significativo, podem ser deixadas pelo valor nominal. O fato gerador das exigibilidades está relacionado aos eventos que já ocorreram ou que são presentes, ou seja, não é possível prever apenas o valor instantâneo.

Artigo 184 - Lei 6.404/1976: no balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- as obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive imposto sobre a renda a pagar, com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço;
- as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço;
- as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Tratando-se das exigibilidades de longo prazo, o valor relativo ao desconto é considerado significativo e o valor presente dos prazos de vencimentos futuros pode ser avaliado ou calculado.

Passivo circulante: a mensuração das dívidas classificadas no curto prazo deve ser ajustada apenas quando existir algum aspecto significativo, quando ocorrer a liquidação de uma obrigação presente, o que normalmente inclui pagamento em caixa, transferência de outros ativos..., dessa maneira a obrigação deixará de existir.

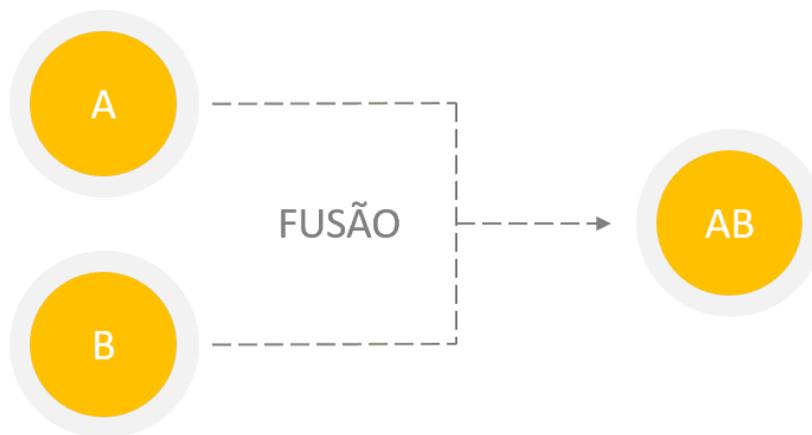
Passivo não circulante: a mensuração das obrigações, encargos e juros precisa sofrer ajustes mediante o valor presente. É bastante comum as empresas estenderem os prazos desses pagamentos. Por isso, o ajuste ao valor presente busca trazer para o valor atual os direitos e as obrigações que a organização possui e que serão realizados ou exigidos somente em uma data futura.

Os critérios de avaliação do passivo serão condizentes ao do ativo. Serão registrados a valor presente das dívidas de longo prazo e, quando forem relevantes, as de curto prazo, adotando também a obrigatoriedade do reconhecimento do passivo.

3.2 CONTABILIDADE AVANÇADA

As empresas estão cada vez mais buscando meios e estudos para seu desempenho econômico, para ter maior retorno em suas operações, e um dos processos indicados para essa situação é a reorganização societária, ela traz muitas vantagens, isso acontece quando os sócios e gestores acreditam que se unirem seus empreendimentos será um bom investimento, e para isso, dependendo da situação será necessário a aprovação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), apesar de ser a união de uma ou mais empresas, este processo poderá ocorrer de formas distintas pelos conceitos de fusão, cisão e incorporação, aspectos que apresentam características e aplicação diferentes.

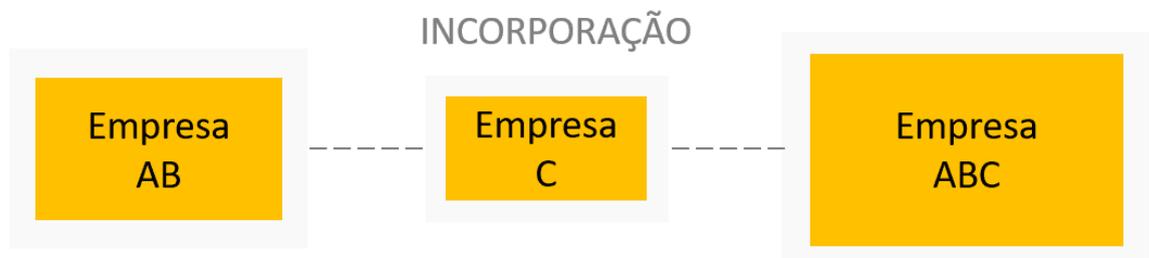
Fusão: é uma ferramenta jurídica utilizada quando uma ou mais empresas se juntam dando origem a outra organização, portanto essas duas empresas deixaram de existir de forma legal, e passarão a ser uma só, que passará ser gerenciada pelos seus antigos gestores ou pela parte mais próspera, mas para ser mais preciso existem cinco variações de fusões:



- **Fusão Vertical:** quando duas ou mais empresas se unem com negócios diferentes, a fim de se complementar com produtos ou serviços diferentes, para um produto final para assegurar matérias primas e facilidade de distribuição de produtos;

- **Fusão Horizontal:** se trata de quando as empresas que pretendem se unir são do mesmo ramo, ou seja, concorrentes uma da outra, com o objetivo de expandir a área de atuação, ter economia de escala e mais participação no mercado;
- **Conglomerado:** definido quando a fusão se trata de empresa com atividades totalmente distintas, com serviço ou produtos diferentes, com o objetivo de diversidades e aproveitamento de oportunidades e investimentos;
- **Fusão de Extensão de Mercado:** quando as empresas que vão se fundir produzem os mesmos produtos, mas em mercados diferenciados, com o objetivo de aumentar os clientes e ter acesso a um mercado maior;
- **Fusão de Extensão de Produto:** ocorre quando as empresas que se unem com produtos têm uma relação e operam no mesmo mercado, para alcançar uma faixa maior de consumidores e gerar mais lucros.

Incorporação: acontece quando uma empresa de maior porte compra uma menor, esta deixará de existir legalmente, e seu patrimônio passará ser controlado e representado pela empresa que a comprou, e todas os seus deveres e obrigações são mantidos.

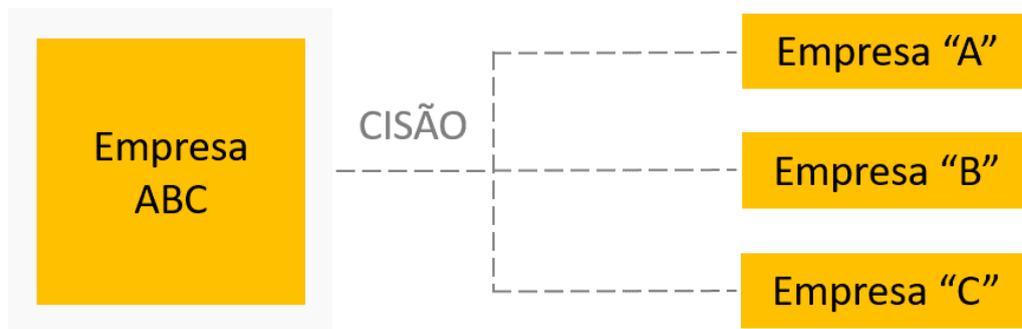


Cisão: acontece no momento em que uma empresa decide dividir seu patrimônio com duas ou mais pessoas, podendo ela já existir ou não. E pode ser decidido entre a cisão total ou a parcial, se ela transferir todo o seu patrimônio significa que é a total, mas se transferir apenas uma parte ela é parcial.

Para esses aspectos acontecerem deve se fazer um estudo específico e envolver os interesses de todos os envolvidos, as avaliações de ativos e passivos das empresas, exames de todos os patrimônios.

Com essa reorganização societária, obtém a chance de melhor crescimento no mercado, diminuição de custos, eliminação da concorrência, e melhor acesso de

financiamento, portanto, elas podem sim trazer resultados positivos, como também podem resultar em negativos principalmente quando se trata do consumidor.



3.2.1 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

A combinação de negócios está diretamente relacionada ao CPC 15, nele está definido o controle do negócio pela adquirente da adquirida.

O primeiro passo a ser tomado é a Identificação de Negócio, temos por exemplo uma compra de linha de produtos, que se difere de quando se compra uma máquina.

Consequentemente virá a obtenção de controle, neste caso temos a empresa que adquiriu que pode ser chamada de adquirente, que pertencerá a ela o controle, e também temos a adquirida que o perderá.

Outro ponto é a data da aquisição, por mais que seja simples, ela define o contrato, registrando o momento das aquisições.

Também é importante que este processo seja mensurado, na data que o negócio será realizado pelo valor justo, tanto do ativo como do passivo. E para isso contaremos com dois aspectos que é o **Ágio** e o **Deságio**.

- **Ágio:** quando a empresa adquirente paga um valor maior que o valor contábil que a empresa adquirida vale. A mais valia é a diferença entre o valor contábil e o valor justo, já goodwill é a diferença a mais do valor justo com o valor pago.
- **Deságio:** quando a empresa adquirente paga um valor menor que o valor contábil que a empresa adquirida vale, significa que ela teve uma compra vantajosa.

Estudo de caso real na Volkswagen

Sem Juros e Sem Adesão

ABRIR



Fusão entre Volkswagen e Ford pode criar maior montadora do mundo



19 Outubro 2018 em 10:42

O documento de cooperação assinado pela Ford e pela Volkswagen em junho deste ano criou as fundações para uma parceria estratégica entre duas das maiores fabricantes do mundo. Inicialmente, as montadoras devem focar em apenas desenvolver juntas uma linha de veículos comerciais, o que pode incluir as novas gerações das picapes VW, Amarok e Ford Ranger, mas que também irá trabalhar para “atender

melhor a evolução das necessidades dos clientes”. De acordo com alguns especialistas da indústria, isso pode significar que a Ford e a Volkswagen estão considerando uma fusão completa ou troca de ações das empresas, o que poderia formar a maior fabricante do mundo.

3.2.2 JOINT VENTURES

O termo Joint Ventures tem origem inglesa, que significa empreendimento conjunto ou até mesmo como união de risco. É a união de duas empresas que podem ou não ser do mesmo ramo, seja por tempo específico ou limitado.

Tem como objetivo formar uma sociedade comercial, para se unir e promover projetos em conjunto. Tendo a escolha de criar uma nova empresa ou se associarem, através de acordo elas fazem um investimento que pode ser em matéria prima, capital, tecnologia, canal de distribuição, vendas, conhecimento de mercado...

Seu nome está ligado a riscos pelo fato dela trazer uma revolução a empresa, podendo ter resultados positivos ou negativos. Ela pode ser registrada como jurídica ou apenas através de um contrato especificando os fins.

Tem por vantagem não perder o foco, as empresas podem seguir suas atividades normalmente, e quando este projeto é concluído elas decidem se abrem uma empresa jurídica ou se uma delas compra a parte da outra.

Estudo de caso real da Volkswagen

NOTÍCIAS

Ver todas as notícias



Novos negócios | 08/04/2020 | 20h06

VW Components cria joint venture para produzir carregador de carro elétrico na China

Estações para recarga rápida devem começar a ser feitas no segundo semestre deste ano

REDAÇÃO AB



A Volkswagen Components, nova divisão do Grupo VW criada em 2019, e a startup Shanghai Du-Power New Energy assinaram em Suzhou, na China, um acordo de criação de uma joint venture para a produção de estações flexíveis de recarga rápida para veículos elétricos no país. A nova empresa, que após aprovação de autoridades, terá 50/50 de divisão entre ambas as parceiras, deverá iniciar sua produção no segundo semestre deste ano.

4. CONCLUSÃO

As mudanças no ambiente de negócios decorrentes do processo de globalização têm forçado as empresas a serem mais competitivas, exigindo que os empresários realizem ações que promovam o crescimento sustentável e desenvolvimento empresarial, tais como os processos de reorganização societária.

Esses processos colaboram para o planejamento tributário estratégico e para que elas possam obter melhorias nos seus resultados econômico-financeiros, além de trazerem benefícios mercadológicos, tributários, organizacionais, estratégicos e societários específicos para essas empresas.

O objetivo da pesquisa descrita neste artigo foi analisar a utilização de práticas de RS como uma estratégia de gestão tributária em empresas.

Na análise foi possível constatar que a empresa investigada passou por processos de reorganização societária, adotando modelos societários diferentes daqueles definidos em seus planos organizacionais originais, fazendo isso de forma planejada e com objetivos estratégicos claros e bem definidos, tendo o propósito de responder às pressões do mercado e se manter competitiva.

Foi possível perceber que a reorganização societária, como forma de planejamento tributário estratégico, pode ser considerada como um procedimento correto e lícito, desde que seja realizado dentro das normas legais, em linha com os princípios da gestão tributária, procurando obter resultado positivo em determinada operação, seja ela ligada diretamente ao custo de sua operação ou à redução de sua carga tributária.

Assim, os achados da pesquisa indicam que, apesar de a carga tributária no Brasil ser considerada elevada, é possível reduzir seus efeitos sobre as empresas, sendo as atividades de reorganização societária essenciais nesse sentido.

Em síntese, foi possível concluir que a gestão tributária consiste em: um meio para reduzir os custos tributários de forma lícita e ajudar a maximizar os resultados da empresa, incrementando a competitividade da mesma; e em uma importante base para o desenvolvimento da governança tributária pela adoção de mecanismos que garantam a compliance e promovam a elisão em tributos. No conjunto, os achados permitem concluir que: a eficácia de tais processos depende de uma análise criteriosa de aspectos

contábeis, jurídicos, econômicos, financeiros, organizacionais e gerenciais; e que o planejamento tributário estratégico via reorganização societária possibilitou a redução e a postergação dos custos tributários, vinculando as ações internas da empresa pesquisada com os objetivos estratégicos dela, permitindo promover o aumento da eficiência da gestão tributária e aumento dos lucros, possibilitando que os recursos excedentes fossem aplicados em novos investimentos, aumentando, com isso, a sustentabilidade financeira e organizacional e a geração de valor para a empresa.

REFERÊNCIAS

<https://canaltech.com.br/empresa/volkswagen/> data 15/06/2020

<https://fundacaogrupovw.org.br/> data:15/06/2020

<https://www.vw.com.br/pt/volkswagen/volkswagen-do-brasil.html> data 15/06/2020

<https://www.vwnews.com.br/company> data 15/06/2020

<https://www.vwnews.com.br/company/5/5> data 15/06/2020

<https://www.vwnews.com.br/company/7> data 15/06/2020

Alves, Aline - Sagah (2017). Teoria da Contabilidade. 1 Contabilidade. I Título. Notas da matéria Análise de normas e pronunciamentos contábeis.

Jordão, R. V. D. (2013). Planejamento e Gestão Tributária. Notas de sala de aula. Mestrado Profissional em Administração. Fundação Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo, MG.

Jordão, R. V. D., Melo, E. A., Sousa Neto, J. A. (2016). Estratégia e Desenho do Sistema de Controle Gerencial. Espacios (Caracas), 37(1), p. 25-37.

Ribeiro, A. E. L. & Mário, P. C. (2008). Utilização de metodologias de reestruturação societária como ferramenta de planejamento tributário: um estudo de caso. Revista Contabilidade Vista e Revista, 19(4), p. 107- 128.

Vello, A. P. C. & Martinez, A. L. (2014). Planejamento tributário eficiente: uma análise de sua relação com o risco de mercado. Revista Contemporânea de Contabilidade, 11(23), p. 117-140

ANEXOS

Em destaque aqui, o Balanço Patrimonial para Volkswagen AG Vz, que resume a posição financeira da empresa, incluindo ativos, passivos e patrimônio líquido para cada uma das mais recentes quatro datas de período final (seja trimestral ou anual).

<https://br.investing.com/equities/volkswagen-vz-balance-sheet>

Obs: não conseguimos anexar, segue o link para acesso acima.